

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 IDENTIFICAÇÃO

Designação: FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

NIF: 503 013 366

Sede: Cidade Universitária - Lisboa

Atividade principal: Ensino Superior (CAE: 85420)

Classificação Orgânica: 11 1 05 2000

Tutela: Ministério da Educação e Ciência

Regime Financeiro: Autonomia, Administrativa e Financeira

A FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (“FMDUL”) é uma das unidades orgânicas da Universidade de Lisboa e está englobada na área de Ciências da Saúde, um dos cinco ramos estratégicos em que se encontra organizada aquela Universidade.

8.1.2 LEGISLAÇÃO

A Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa é um estabelecimento de ensino superior público universitário que sucedeu à Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa a qual foi criada pelo Decreto-Lei n.º 282/75, de 6 de junho.

Em 1 de fevereiro de 1991, por decisão do Senado da Universidade e a que se seguiu o Despacho 169/ME/91 (publicado na II série do DR n.º 44 de 23/10/1991) foi integrada na Universidade de Lisboa.

Os seus estatutos foram aprovados e homologados pelo Reitor da Universidade de Lisboa em 10/05/93, a que se seguiu a sua publicação na II série do DR n.º 145 de 23/06/1993.

Os seus estatutos foram revistos, de forma a conformá-los com o novo regime jurídico das instituições do ensino superior estabelecido pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e foram aprovados e homologados por Despacho de 30 de janeiro de 2009 do Reitor da Universidade de Lisboa, publicado no Diário da República nº 26, 2.ª série, de 06 de fevereiro de 2009, revistos e republicados por Despacho n.º 5075/2014, em Diário da República, 2.ª série, n.º 70, de 9 de abril de 2014.

A FMDUL é uma pessoa coletiva de direito público, está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência e é dotada de autonomia cultural, científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e financeira, nos termos da Lei da Autonomia das Universidades e dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

A FMDUL pode constituir ou participar na constituição de outras pessoas coletivas de direito privado, mediante autorização prévia do Conselho Geral da Universidade de Lisboa. As entidades privadas podem ter a natureza de associações, fundações ou sociedades e destinam-se a coadjuvar a FMDUL no cumprimento dos seus fins.

No desenvolvimento de toda a sua atividade, a FMDUL rege-se pelas leis que regulam o Ensino Superior em Portugal, adotando igualmente as diretrizes internacionais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do Processo de Bolonha.

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

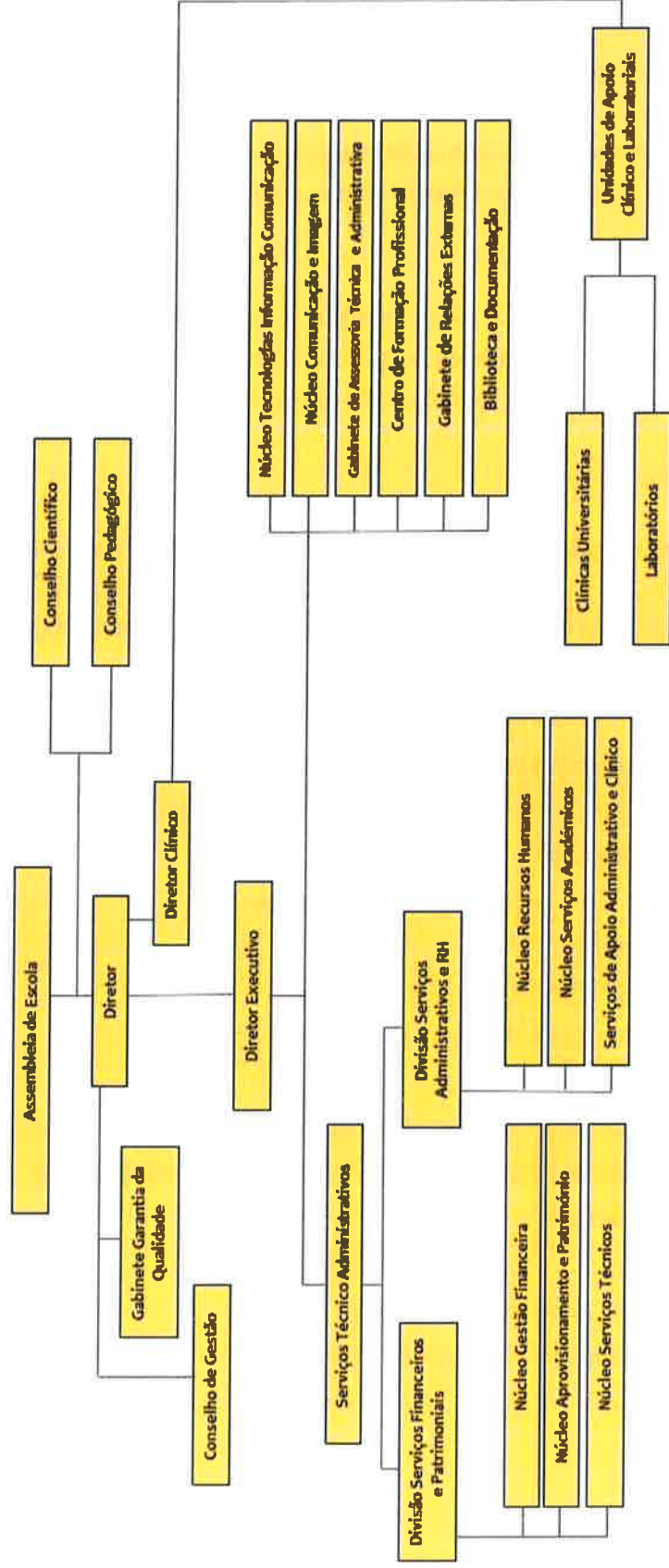
A 31 de dezembro de 2016, o organigrama da FMDUL era o seguinte:

[Handwritten signatures]



Faculdade de Medicina Dentária

Organograma FMDUL






8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

As atividades da FMDUL são, essencialmente, o ensino, baseado na formação humana, cultural, científica e técnica e o desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada, tendo em conta as necessidades da comunidade em geral.

Como instituição de serviço público que é, promove a interação com a comunidade extra – universitária, prestando serviços diretos à sociedade numa base de valorização recíproca, nomeadamente pela prática constante de uma simbiose entre o Ensino e a Investigação.

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

Os responsáveis pelos órgãos de governo da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa em 2016 foram:

Conselho de Escola: Professor Doutor João Manuel Aquino Marques (*Presidente*)

Diretor: Professor Doutor Luís Pires Lopes

Vice-Diretor: Professor Doutor Jaime Portugal

Diretora Executiva: Mestre Cristina Fernandes

de 11 de janeiro a 31 de dezembro

Diretor Executivo: Licenciado José Filipe Silva Sousa

de 1 janeiro a 10 de janeiro

Conselho Científico:

Professor Doutor Mário Bernardo (*Presidente*)

Professor Doutor Jaime Portugal (*Vice-Presidente*)

Conselho Pedagógico:

Professor Doutor Jaime Portugal (*Presidente*)

Professora Doutora Maria Cristina Bettencourt Neves (*Vice-Presidente*)

Conselho de Gestão:

Professor Doutor Luís Pires Lopes (*Presidente*)

Professor Doutor Jaime Portugal (*Vogal*)

Mestre Cristina Fernandes (*Vogal*) *de 11 de janeiro a 31 de dezembro;*

Licenciado José Filipe Sousa - (*Diretor Executivo*) *de 1 janeiro a 10 de janeiro*



No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da FMDUL durante o exercício de 2015 e 2016:

Carreiras e Categorias	2016	2015
Pessoal Docente:		
Prof. Catedrático	7	7
Prof. Catedrático Convidado	0	0
Prof. Associado	2	2
Prof. Associado c/Aggeg	3	4
Prof. Auxiliar	20	17
Prof. Auxiliar Convidado	10	7
Assistente	0	5
Assistente Convidado	86	86
	128	128
Pessoal Não Docente:		
Dirigente	1	2
Técnico Superior	9	6
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	5	5
Enfermeiro	2	2
Informática	1	1
Coordenador Técnico	2	2
Assistente Técnico	22	27
Assistente operacional	14	13
	56	58
Pessoal de Investigação:		
Investigador		
Assistente		
Estagiário		
Técnico de Laboratório		
	0	0
Total	184	186

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Os Serviços Financeiros/Patrimoniais da FMDUL estão organizados pelas seguintes áreas: Contabilidade, Aprovisionamento e Património e Tesouraria.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas encontram-se arquivados por um conjunto de Diários de Despesa e Receita.

O arquivo de Despesa encontra-se organizado por nº de Processamento, contendo cada processo os seguintes elementos:

- Pedido interno;
- Informação da cabimentação efetuada nas rubricas orçamentais;
- Documento de autorização da despesa;
- Requisição oficial/ nota de encomenda;
- Fatura ou documento legal equivalente emitido pelo terceiro;
- Documento de autorização do pagamento;
- Comprovativo do pagamento efetivo à entidade externa em causa.

O arquivo da Receita encontra-se organizado por nº de tesouraria e contém os seguintes elementos:

- Requisição de fundos;
- Fatura ou documento legal equivalente emitido pela entidade;
- Comprovativo da transferência recebida de terceiros;
- Nota de lançamento da entrada de fundos (Guia de receita).

O sistema informático utilizado pela FMDUL na área financeira, aprovisionamento e património é o SINGAP, sendo que a vertente de gestão de Recursos Humanos e processamento de vencimentos decorre na aplicação *GIAF* e a gestão de alunos e respetiva faturação decorre na aplicação *DIGITALIS*

8.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

Existe um manual de procedimentos interno onde são explicadas as várias fases do processo de despesa e receita e os procedimentos a ter em conta.

Em 2016 a FMDUL foi auxiliada na sua contabilidade, controlo, conferências e elaboração da prestação de contas pelos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da FMDUL mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade da FMDUL ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a fatos não ocorridos durante os exercícios de 2015 e de 2016.

8.2.3 CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pela FMDUL na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Imobilizações corpóreas

A inventariação e valorização inicial dos ativos, cujo valor de aquisição era desconhecido, foram determinadas por levantamentos e avaliações efetuadas por peritos independentes, reportadas a 31 de dezembro de 2004. A essa data, a avaliação dos imóveis teve por base as seguintes metodologias:

- Terrenos: por comparação com o mercado;
- Edifícios: custo de reposição amortizado.

Com exceção dos terrenos e edifícios que constam do património inicial, os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto nos casos em que não tenha sido possível determinar tal custo. Nestes casos, os bens encontram-se valorizados de acordo com os métodos previstos na Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, ponto 4.1.4 do POC – Educação, nomeadamente, pelo método de valor de mercado.

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, começando a amortização no mês em que o bem inicia a sua



utilização e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril e refletem a vida útil estimada dos bens como segue:

Rubrica	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	8 a 150
Equipamento básico	2 a 8
Equipamento de transporte	4 a 6
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

A amortização dos edifícios que foram objeto de avaliação é efectuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores independentes.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

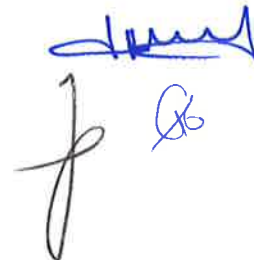
Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

Provisões para cobrança duvidosa

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação do risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.

Em regra, a constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em



mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existam diligências para o seu recebimento. Relativamente às dívidas dos alunos, são constituídas provisões para as dívidas que estejam em mora há mais de 24 meses. A taxa de provisão considerada é de 100%.

Outras provisões

São reconhecidas provisões sempre que tal se revele necessário para cobrir o risco presente de perda futura de valor de um ativo ou que seja provável ocorrer uma saída de recursos para resolução de uma questão pendente (litígio legal ou afim), desde que o montante em causa seja possível de estimar com um grau de fiabilidade razoável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, posteriormente reduzidas ao seu valor estimado de realização (valor realizável líquido), se este for inferior. Estes ajustamentos são constituídos pela diferença entre o custo de aquisição e o correspondente valor de realização, sempre que este se revela inferior. As saídas são custeadas pelo critério do custo médio ponderado.

Especialização dos exercícios

A FMDUL regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de "Acréscimos e diferimentos" incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

O reconhecimento de proveitos associados às vendas e prestação de serviços e às propinas obedece aos seguintes critérios:

- Vendas e Prestação de serviços: o reconhecimento do proveito ocorre no momento de emissão do respectivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Propinas: o reconhecimento do proveito ocorre ao longo do ano letivo.

Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

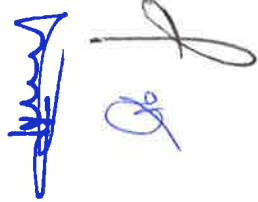
Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço na rubrica de “Proveitos diferidos”, sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

8.2.4 COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM EUROS

Os montantes originalmente expressos em outras divisas são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que o ativo ou passivo é transacionado, ou seja, em que passa a ser considerado como pertença ou obrigação da FMDUL e é, por isso, conseqüentemente reconhecido nas suas demonstrações financeiras.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica “Diferenças de câmbio desfavoráveis” ou “Diferenças de câmbio favoráveis”, consoante sejam um custo ou um proveito no exercício.

8.2.7 MOVIMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO



Rubricas	Activo bruto					Saldo final 31.12.2016
	Saldo inicial 31.12.2015	Regularizações	Aumentos	Abates e Alienações	Auto de Cedência	
Bens de dominio público:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edificios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de Investigação e desenvolv.	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edificios e outras construções	13.015.741,86	-	12.261,63	-	-	13.028.003,49
Equipamento básico	2.977.263,57	-	1.292,94	(108.650,27)	-	2.869.906,24
Equipamento de transporte	28.728,41	-	-	-	-	28.728,41
Ferramentas e utensilios	146.826,95	-	-	-	-	146.826,95
Equipamento administrativo	859.658,30	-	20.675,93	(22.895,91)	-	857.438,32
Outras imobilizações corpóreas	2.981.762,64	-	27.372,27	-	-	3.009.134,91
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-	-
	20.009.981,73	-	61.602,77	(131.546,18)	-	19.940.038,32
Investimentos Financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-	-	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
	20.009.981,73	-	61.602,77	(131.546,18)	-	19.940.038,32

Rubricas	Amortizações Acumuladas e Provisões						Saldo final 31.12.2015
	Saldo inicial 31.12.2014	Regularizações	Reforços	Abates e Alienações	Auto de Cedência	Transf's	
Bens de domínio público:	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas:	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4.155.681,07	-	175.536,98	-	-	-	4.331.218,05
Equipamento básico	2.773.854,81	(81,45)	105.129,15	(108.650,27)	-	-	2.770.252,24
Equipamento de transporte	28.728,41	-	-	-	-	-	28.728,41
Ferramentas e utensílios	146.826,95	-	-	-	-	-	146.826,95
Equipamento administrativo	847.155,75	-	7.488,91	(22.863,01)	-	-	831.781,65
Outras imobilizações corpóreas	2.861.090,08	94,06	48.540,34	-	-	-	2.909.724,48
Imobilizações em curso de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-	-	-	-	-	-	-
	10.813.337,07	12,61	336.695,38	(131.513,28)	-	-	11.018.531,78
Investimentos Financeiros:	-	-	-	-	-	-	-
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
	10.813.337,07	12,61	336.695,38	(131.513,28)	-	-	11.018.531,78




8.2.23 VALOR DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de dezembro de 2016, as dívidas a receber de cobrança duvidosa ascendem ao montante de 312.341,26 € euros, estão relevadas na rubrica “Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa” e são ajustadas de acordo com os critérios mencionados na Nota 8.2.3.

8.2.26 DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016, não existem dívidas em mora ao Estado, Segurança Social ou a outro organismo estatal.

8.2.27 DÍVIDAS A TERCEIROS A LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2016, as dívidas a terceiros com mais de cinco anos, discriminam-se como segue:

Outros credores	31.12.2016
UL - Reitoria	282.095,60
	<u>282.095,60</u>

Este valor assumido como dívida à Reitoria provém de um empréstimo feito à Faculdade de Medicina Dentária em 2004, no valor de € 249.338,84 e de participação correspondente a 5% das propinas não paga em 2008.

8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:



Código das contas	Designação	Provisões			Saldo final 31.12.2016
		Saldo inicial 31.12.2015	Aumentos	Reversões	
19	Provisão para aplicações tesouraria	-	-	-	
291	Provisão para cobranças duvidosas	317.741,36	19.413,33	(24.813,43)	312.341,26
292	Provisão para riscos e encargos	236.088,29	98.589,47	-	334.677,76
39	Provisão para depreciação de exist.	71.433,93	5.299,05	-	76.732,98
49	Provisão para investim. financeiros	-	-	-	
		<u>625.263,58</u>	<u>123.301,85</u>	<u>(24.813,43)</u>	<u>723.752,00</u>

O valor da rubrica "provisão para cobranças duvidosas" discrimina-se da seguinte forma:

<u>Cobranças duvidosas</u>	<u>31.12.2016</u>
Dívidas de alunos	87.055,49
Dívidas de clientes	36.979,74
Dívidas de utentes	188.306,03
	<u>312.341,26</u>

O aumento na rubrica de provisões para riscos e encargos resulta dos processos judiciais intentados contra a Faculdade de Medicina Dentária.

O valor da rubrica e discrimina-se de seguinte forma:

<u>Riscos e encargos</u>	<u>31.12.2016</u>
FLORINDA MARIA MARQUES PEREIRA	52.794,14
Maria Margarida Lacão	30.000,01
Maria Helena Vieira Gonçalves	30.000,01
Carla Andrea Castro Martins	60.000,00
Ana Cristina Santos Silva	30.000,01
Valdemar Leal dos Reis	30.000,01
José Valentim Viegas Antunes	30.000,01
Paula Manuela Cruchinho Ramos	30.000,01
Hugo Antunes Fernandes	24.261,85
Olivia Maria Sousa	17.621,71
	<u>334.677,76</u>

O movimento ocorrido na rubrica "Provisão para depreciação de existências" deveu-se ao ajustamento do valor de forma a provisionar todos os bens sem movimento em 2016.

8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL




O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

Código das contas	Designação	Fundo Patrimonial				Saldo final 31.12.2016
		Saldo inicial 31.12.2015	Aumentos	Diminuições	Transf's	
51	Património	11.405.328,28				11.405.328,28
574	Reservas livres	-				-
575	Subsídios	-				-
576	Doações	47.305,00				47.305,00
577	Reservas decorrentes tranfº activos	377.359,86				377.359,86
59	Resultados transitados	(4.282.179,75)			(524.330,20)	(4.806.509,95)
88	Resultado líquido do exercício	(524.330,20)		(255.206,39)	524.330,20	(255.206,39)
		<u>7.023.483,19</u>	<u>-</u>	<u>(255.206,39)</u>	<u>-</u>	<u>6.768.276,80</u>

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de (524.330,20) euros, foi transferido para a rubrica de Resultados transitados.

8.2.33 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Designação	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	-	102.251,51
Compras	-	193.154,23
Regularização de existências	-	-
Existências finais	-	<u>108.072,94</u>
	<u>-</u>	<u>187.332,80</u>

8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Em de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Vendas		
Fotocópias, impressos e publicações	40,34	324,52
Cadernos de encargos	-	-
Refeições	-	-
Outros bens	-	-
	<u>40,34</u>	<u>324,52</u>
Prestações de serviços		
Serviços de alimentação e de alojamento	-	-
Realização de análises diversas	-	-
Realização de trabalhos gráficos	-	-
Realização de estudos	-	-
Assistência técnica	-	-
Serviços prestados ao exterior	777.869,00	809.755,08
Ações de formação, seminários e outros	5.095,24	16.905,00
Protocolos	-	-
Entradas em Museus	-	-
Administração de centros/ projectos	-	-
Outros serviços prestados	-	-
	<u>782.964,24</u>	<u>826.660,08</u>
	<u>783.004,58</u>	<u>826.984,60</u>



8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

<u>Código das contas</u>	<u>Designação</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Custos e perdas			
681	Juros suportados	-	86,03
682	Perdas em entidades ou subentidades	-	-
683	Amortizações de investimentos em imóveis	-	-
684	Provisões para aplicações financeiras	-	-
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
687	Perdas na alienação de apl. de tesouraria	-	-
688	Outros custos e perdas financeiros	7.171,59	6.929,32
		<u>7.171,59</u>	<u>7.015,35</u>
	Resultados Financeiros	<u>(981,98)</u>	<u>(4.074,86)</u>
		<u>6.189,61</u>	<u>2.940,49</u>
Proveitos e ganhos			
781	Juros obtidos	6.189,61	2.940,49
782	Ganhos em entidades ou subentidades	-	-
783	Rendimentos de imóveis	-	-
784	Rendimentos de participações de capital	-	-
785	Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
787	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria	-	-
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
		<u>6.189,61</u>	<u>2.940,49</u>



8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2016	31.12.2015
Custos e perdas			
691	Transferências de capital concedidas	-	-
692	Dívidas incobráveis	5.866,33	-
693	Perdas em existências	-	324,43
694	Perdas em imobilizações	32,90	58.375,02
695	Multas e penalidades	-	-
696	Aumentos de amortizações e provisões	-	-
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	4.614,96	53.391,24
698	Outros custos e perdas extraordinárias	-	-
		<u>10.514,19</u>	<u>112.090,69</u>
	Resultados Extraordinários	<u>200.844,58</u>	<u>107.684,88</u>
		<u>211.358,77</u>	<u>219.775,57</u>
Proveitos e ganhos			
791	Restituição de impostos	-	-
792	Recuperação de dívidas	-	-
793	Ganhos em existências	4.706,06	-
794	Ganhos em imobilizações	307,78	-
795	Benefícios de penalidades contratuais	-	-
796	Redução de amortizações e de provisões	24.813,43	11.480,79
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	32.436,26	16.719,40
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	149.095,24	191.575,38
		<u>211.358,77</u>	<u>219.775,57</u>

O valor de 149.095,24€ que está incluído na rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” corresponde ao valor dos proveitos assumidos na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

As correcções relativas a anos anteriores na conta 797 dizem respeito essencialmente a reposições não abatidas nos pagamentos, no valor de 19.606,45€ e à reversão do valor do subsídio de férias e férias especializado em 2015, no valor de 12.695,36€.

8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES






ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, as rubricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

<u>Designação</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança social/CGA	-	-
Restantes impostos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	29.599,00	28.874,42
Imposto sobre o valor acrescentado	16.831,37	5.666,25
Contribuições para a Segurança social/CGA	69.323,50	68.005,49
Restantes impostos	1.951,38	107,85
	<u>117.705,25</u>	<u>102.654,01</u>

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS







Em de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, as rúbricas de acréscimos e diferimentos decompõem-se como segue:

<u>Designação</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Acréscimos e diferimentos ativos		
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	-	-
Pedidos de pagamento - Projetos	46.111,40	46.111,40
Prestação de serviços	-	-
Bolsas FCT	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Outros acréscimos de proveitos	-	-
	<u>46.111,40</u>	<u>46.111,40</u>
Custos diferidos:		
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Outros custos diferidos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>46.111,40</u>	<u>46.111,40</u>
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	434.513,48	455.673,18
Outros acréscimos de custos	67.412,05	29.670,68
	<u>501.925,53</u>	<u>485.343,86</u>
Proveitos diferidos:		
Prestação de serviços	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Subsídios para investimentos	1.038.744,65	1.182.330,89
Projetos de investigação	55.188,45	-
Propinas	698.240,56	619.574,58
Outros proveitos diferidos	19.816,67	19.816,67
	<u>1.811.990,33</u>	<u>1.821.722,14</u>
	<u>2.313.915,86</u>	<u>2.307.066,00</u>



Em de 31 de dezembro de 2016 as principais rubricas de terceiros apresentavam a seguinte decomposição:

Cientes c/c	Valor a 31.12.2016
APECA - Associação Portuguesa Empresas C	5.350,50
Instituto Português de Reumatologia	5.207,59
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	37.173,47
	<u>47.731,56</u>

Cientes cobrança duvidosa	Valor a 31.12.2016
LIPSTICK RULES, Lda	6.242,25
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	30.737,49
	<u>36.979,74</u>

Alunos c/c	Valor a 31.12.2016
Ano lectivo 2014/2015	4.312,63
Ano lectivo 2015/2016	24.237,02
Ano lectivo 2016/2017	676.106,53
	<u>704.656,18</u>




Alunos cobrança duvidosa

31.12.2016

Ano letivo 2003/2004	568,00
Ano letivo 2004/2005	452,00
Ano letivo 2005/2006	12.338,07
Ano letivo 2006/2007	1.427,02
Ano letivo 2007/2008	7.686,56
Ano letivo 2008/2009	25.636,42
Ano letivo 2009/2010	17.856,89
Ano letivo 2010/2011	3.472,00
Ano letivo 2011/2012	3.275,00
Ano letivo 2012/2013	9612,8
Ano letivo 2012/2014	4730,73

87.055,49

Utentes c/c

**Valor a
31.12.2016**

Utentes Newsoft	57.689,00
	<u>57.689,00</u>

Utentes cobrança duvidosa

**Valor a
31.12.2016**

Utentes de 2006	10.489,00
Utentes de 2007	20.560,50
Utentes de 2008	22.238,00
Utentes de 2009	14.221,90
Utentes de 2010	24.789,80
Utentes de 2011	21.106,08
Utentes de 2012	24.534,40
Utentes de 2013	26331,25
Utentes de 2014	10.152,00
Utentes de 2015	13.883,10

188.306,03




Outros devedores	Valor a 31.12.2016
Universidade de Coimbra	72.994,60
Outros (saldos inferiores a 5 000 euros)	15.717,90
	<u>88.712,50</u>

Fornecedores c/c	Valor a 31.12.2016
MARUM TECNIDENTE LABORATORIOS PRO	5.234,00
MACHADO MALCHER LDA	5.589,23
Douromed - Equip Mdico Dentrio	6.587,96
VIGIEXPERT - PREVENÇÃO E VIGILANCIA P	9.914,26
EPAL EMORESA PORTUGUESA AGUAS LIV	7.462,80
GIGABAR IWAGO PORTUGUESA, LDA	16.003,81
Climaserra - Comércio de Ar Condicionado e E	6.629,24
LUCIANO PIRES JOAQUIM UNIPESSOAL LD,	6.100,30
Outros (saldos inferiores a 5 000 euros)	85.134,56
	<u>148.656,16</u>

Fornecedores imobilizado	Valor a 31.12.2016
ITEN Solutions - Sistemas de Informação, S.A	19.175,84
Outros (saldos inferiores a 5 000 euros)	10.712,69
	<u>29.888,53</u>

Outros credores - curto prazo	Valor a 31.12.2016
Outros (saldos inferiores a 5 000 euros)	2.821,99
	<u>2.821,99</u>

Lisboa, 19 de maio de 2017





(Conselho de Gestão)